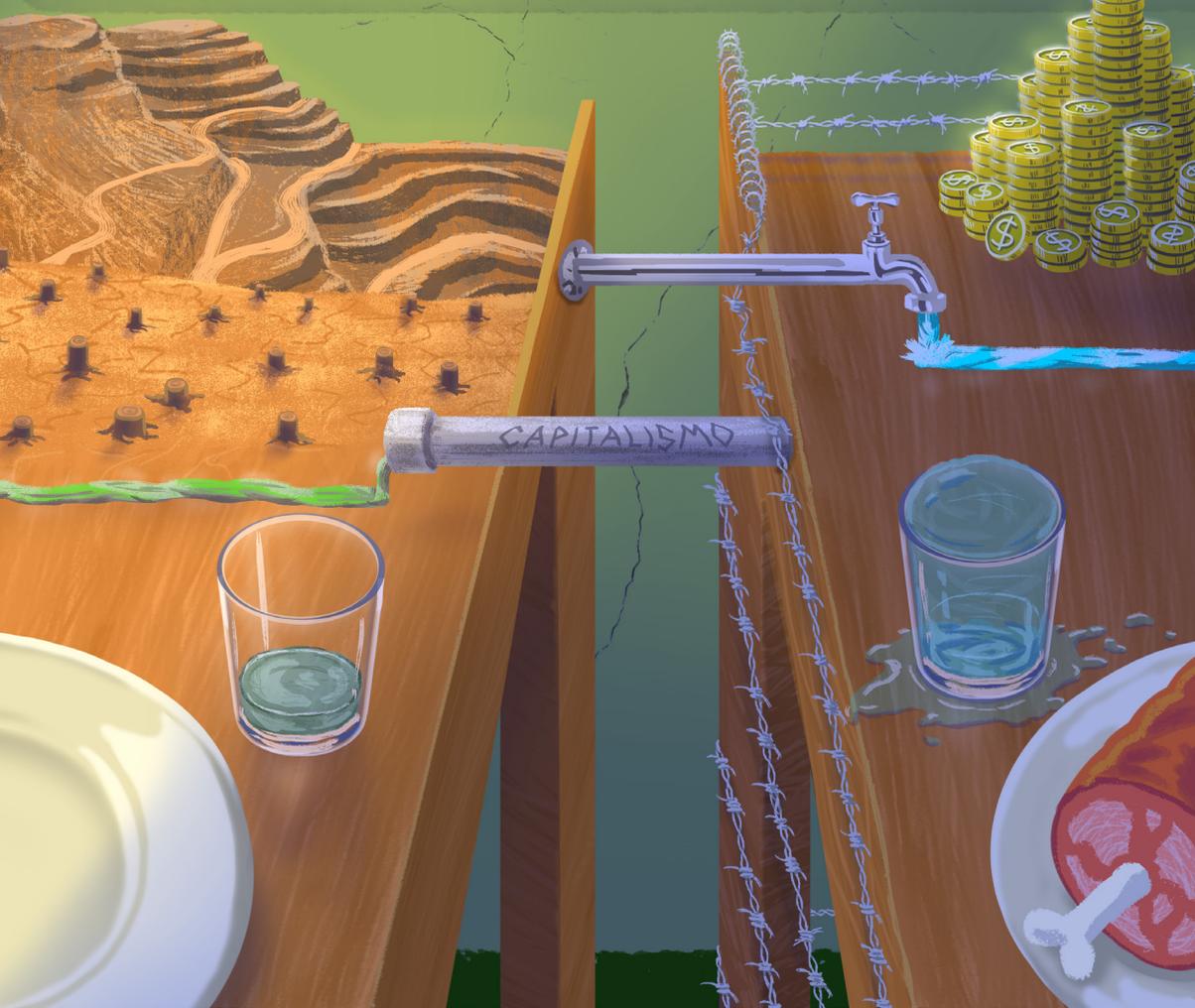


As corporações são donas da maioria dos meios de produção e contratam pessoas para trabalhar para elas. Trabalhadores são forçados a vender sua força de trabalho e são explorados na produção de mercadorias, que depois são vendidas para obter lucro, aumentando a riqueza de poucos.



11

Superexploração e o Imperialismo no século XXI

Pedro Mattos¹

Resumo // A teoria marxista da dependência, desenvolvida na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970, conformou um importante arcabouço teórico para a interpretação da economia mundial e das formações sociais dependentes. Em meio às profundas transformações na economia mundial desde a crise dos anos e 1970, observa-se um processo de internacionalização produtiva que não parece ter tido efeitos sobre as enormes disparidades salariais observadas entre os países centrais e periféricos. Nesse sentido, o presente artigo retoma a categoria superexploração do trabalho, indicando-a como fundamento da dependência e elemento fundamental para a compreensão do imperialismo no século XXI.

Palavras-chave // imperialismo; dependência; superexploração

1 é economista, engenheiro ambiental e mestrando em economia política mundial pela UFABC.

Introdução

Forjada entre os anos de 1960 e 1970 na América Latina, a escola da dependência se dedicou a investigar processos e tendências específicos do capitalismo dependente perante a economia mundial, entendida como uma totalidade integrada e diferenciada. Nesse processo, importantes categorias foram desenvolvidas, conformando um arcabouço teórico de grande força explicativa. Dentro desta escola, a teoria marxista da dependência tem novamente ganhado relevância, em um processo de resgate e aprofundamento de suas categorias. Nesse sentido, o presente artigo busca apresentar algumas categorias fundamentais da teoria marxista da dependência, bem como apresentar o debate contemporâneo em torno da superexploração do trabalho e seu papel dentro da fase imperialista do desenvolvimento capitalista.

A escola da dependência: origens e vertentes

Entre o final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, surgia a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa instituição tinha como objetivo diagnosticar as causas e consequências do atraso econômico latino-americano perante as nações centrais. Para os pensadores então organizados em torno da CEPAL, haveria um desenvolvimento desigual do capitalismo dos países centrais (com maior avanço e homogeneidade tecnológicos) e dos países periféricos (com baixa tecnologia ou com esta distribuída de forma heterogênea e especializada). Essa desigualdade se expressaria em uma grave desvantagem econômica, a deterioração dos termos de troca. Ou seja, os produtos da periferia seriam, nas relações de troca, sempre menos vantajosos em relação aos produtos do centro, em função da disparidade do progresso técnico incorporado a cada um deles. Desta forma, a principal proposta do grupo para a superação da condição subdesenvolvida seria a industrialização, em especial por meio da substituição de importações. Esse processo, associado à ampliação do mercado interno, permitiria a incorporação do progresso técnico, homogeneizando ou ao menos diminuindo a disparidade expressa nas trocas com as economias centrais. (PREBISCH, 1949; TRASPADINI e STEDILE, 2011)

O modelo preconizado pela CEPAL influenciou muitos governos na América Latina, inclusive no Brasil, em especial nas administrações Kubitschek e Goulart. Contudo, após um período de hegemonia do pensamento estruturalista da CEPAL, o início dos anos de 1960 tornava mais claras as contradições do processo: ainda que a modernização e a industrialização avançassem, não se observava o desenvolvimento social esperado, mantendo-se altos os níveis de desocupação e desigualdade. Mais que isso, a reação do imperialismo por meio da implantação de diversas ditaduras militares na América Latina também se conformou como um limite concreto à plena implementação das ideias cepalinas. Assim, o otimismo dos anos 1950 foi se convertendo em um ceticismo desesperançoso. A industrialização, ao invés de promover a independência tecnológica e financeira frente ao centro do capitalismo, parecia ter apenas dado novos contornos à dependência. (DIAS, 2012)

No Brasil, o golpe de 1964 conformou um cenário político-ideológico de derrota das teses de cunho nacional-desenvolvimentista. Neste contexto, ganha destaque um novo grupo de intelectuais, muitos dos quais exilados pelos regimes ditatoriais. Os teóricos da escola da dependência, em contraposição ao pensamento cepalino, buscavam entender não apenas como se expressava a exploração dos centros desenvolvidos sobre as regiões periféricas, mas também como esta dominação externa se estruturava e se perpetuava a partir de relações de poder no interior das próprias economias dependentes. Para os autores desta escola, pode-se dizer que não haveria a possibilidade de um verdadeiro e autônomo desenvolvimento no capitalismo dependente. (TRASPADINI e STEDILE, 2011; DIAS, 2012).

Apesar de premissas semelhantes, pode-se identificar duas correntes ou vertentes distintas dentro da escola da dependência. Pela vertente Weberiana-Schumpeteriana, cujos maiores expoentes foram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, argumentava-se que a incapacidade do empresariado brasileiro de promover uma “revolução burguesa” era determinante na manutenção da dependência. Nesta abordagem, entretanto, entende-se que a dependência se expressa em uma via de mão dupla, concluindo que o capitalismo pode ser capaz de proporcionar o desenvolvimento na periferia mediante uma “internacionalização do mercado interno”. Assim, esta corrente propõe uma espécie de desenvolvimento “dependente-associado” fundamentado na empresa multinacional e no setor financeiro associados às empresas estatais e às grandes empresas privadas nacionais. Este modelo de desenvolvimento teria como elemento central e estruturante não

a economia, mas a política. Portanto, seria necessária também uma mudança na função do Estado, que deveria abandonar seu caráter populista e nacionalista em nome de um papel mais gerencial, preocupado com a aceleração dos investimentos (diretamente ou por meio de capitais estrangeiros) e com a criação de um ambiente favorável à acumulação de capitais na indústria. (TRASPADINI e STEDILE, 2011; DIAS, 2012; CARDOSO e FALETTO, 1975)

Já a vertente marxista, que tinha como principais teóricos Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, apoiava-se no materialismo histórico e na teoria do imperialismo para apontar o caráter estrutural do desenvolvimento desigual entre as nações capitalistas. Para estes autores, a condição dependente não poderia ser superada nos marcos do capitalismo, visto que era um elemento fundamental do processo de acumulação de capital em âmbito mundial. Assim como a corrente Weberiana-Schumpeteriana, os marxistas também apontavam a incapacidade das burguesias latino-americanas de realizarem as tarefas democrático-burguesas, o que resultava em um capitalismo *sui generis*. Entretanto, para estes teóricos, não seria possível um desenvolvimento associado como preconizado por Cardoso e Faletto, dados os aspectos estruturais da condição de dependência para o capitalismo mundial. (TRASPADINI e STEDILE, 2011; DIAS, 2012)

A dialética da dependência

Ruy Mauro Marini, além de um de seus principais teóricos, é também o autor do texto que ficou conhecido como o manifesto teórico da teoria marxista da dependência. Em *Dialética da Dependência*, ele se dedicou a analisar o capitalismo latino-americano à luz do marxismo. Para o autor, o marxismo latino-americano tinha uma real dificuldade de desenvolver suas análises visto que:

(...) frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras - nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras -, como deformações. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.132)

Marini rompe com as noções de um “pré-capitalismo” latino-americano, apontando o sentido do capitalismo *sui generis* desses países a partir da perspectiva

do sistema capitalista em seu conjunto, tanto em âmbito nacional como, e principalmente, em nível internacional. Para o autor, a dependência se configura a partir do momento em que se define uma estrutura para as relações entre a América Latina e os centros capitalistas. Esta estrutura é expressa na divisão internacional do trabalho e é a partir dela que se determinou o sentido do desenvolvimento na região. Marini apresenta sua definição de dependência da seguinte forma:

[a dependência é] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência (...). (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.134-135).

Assim, o autor não entende a dependência como uma fatalidade, tampouco como a expressão do subdesenvolvimento. Para Marini, ela se configura como consequência direta das relações de produção de cada nação em articulação com a economia mundial. É nesse sentido que o autor orienta sua pesquisa, buscando os elementos característicos desse capitalismo *sui generis* e a maneira como as relações de dependência se reproduzem. Daí surgem duas categorias fundamentais: a transferência de valor e a superexploração.

Diferente dos cepalinos, Marini interpreta a questão da deterioração dos termos de troca a partir da teoria do valor em Marx. Nesta perspectiva, “o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam”. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.144).

Na troca desigual, entretanto, existem mecanismos que permitem transferências de valor, passando por cima das leis da troca, ou seja, violando-as. Estes se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. No caso de trocas entre esferas semelhantes de produção, manifestam-se as aplicações das leis de troca. Porém, na troca entre esferas distintas (produtos manufaturados por matérias primas, por exemplo), as transferências de valor assumem mais abertamente um caráter de transgressão destas leis de troca. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.144-145).

No primeiro caso, em função de um ganho de produtividade do trabalho, seria possível a uma nação apresentar preços de produção mais baixos sem causar uma redução dos preços de mercado, resultando em um lucro extra para a nação favorecida. No segundo caso, em trocas de classes distintas de mercadorias, as nações que monopolizam ou têm grande vantagem na produção de determinados bens podem vender seus produtos a preços superiores ao seu valor. Nesta troca desigual há uma cessão de valor por parte das nações desfavorecidas. Assim, no nível do mercado mundial, observa-se estes mecanismos de transferência de valor baseados na produtividade ou no monopólio da tecnologia de produção, que têm como desdobramento para as nações periféricas um mecanismo de compensação na geração de valor. Ou seja, ao serem submetidos a este arranjo que sistematicamente promove transferências de valor, as nações dependentes buscam aumentar a massa de valor produzido internamente, como forma de neutralizar os efeitos da cessão do valor sem a interromper efetivamente. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.145-146).

Para viabilizar este aumento da produção de valor, os capitalistas das nações dependentes ampliam a exploração do trabalho, tanto por meio do aumento da intensidade quanto do prolongamento da jornada de trabalho, ou ainda, combinando ambos os procedimentos. Aí reside o segredo da troca desigual. Para compensar uma cessão de valor no mercado mundial, em função de uma inserção dependente na economia mundial, emprega-se uma maior exploração do trabalhador. Assim, os mecanismos de transferência de valor encobrem uma transferência da mais-valia produzida mediante o aumento da exploração do trabalho dentro da nação expropriada. Por isso, estas transferências de valor representam, na verdade, uma transferência de mais-valia, resultando em uma queda da taxa de mais-valia dos países dependentes e, conseqüentemente, em um agravamento da tendência decrescente da taxa de lucro. A contrapartida, por parte dos países industriais, é um incremento da taxa de mais-valia e, logo, da taxa de lucro. Ou seja, é no nível da produção interna que são operados os mecanismos de compensação das transferências de valor para o exterior. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.146-147)

Para Marini, essa compensação passa pelo incremento de métodos de extração de trabalho excedente (mais-valia) próprios dos países periféricos, operacionalizados por meio de três procedimentos. Primeiro, o aumento da intensidade do trabalho aparece como uma forma de ampliar a mais valia, ainda que às

custas da saúde do trabalhador. Segundo, um prolongamento da jornada de trabalho sem aumento salarial permite o simples aumento do tempo de trabalho excedente. Terceiro, impõe-se uma redução do consumo do operário para além do seu limite normal, resultando em uma remuneração do trabalho abaixo de seu próprio valor, implicando em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. Sobre esses três mecanismos se estrutura um modo de produção que tem como eixo da acumulação a exploração do trabalhador e não o desenvolvimento da capacidade produtiva (ou seja, a expansão da mais-valia relativa). A utilização desses mecanismos e de combinações entre eles representa, portanto, uma forma de exploração específica, uma superexploração do trabalho. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.147-150)

Tais mecanismos não foram abandonados nos processos de industrialização pelos quais passaram os países latino-americanos. Pelo contrário, para Marini, “a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador” (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.164).

Isso acontece, pois, as bases sobre as quais a industrialização dependente se deu promoveram uma compressão permanente do consumo individual do trabalhador. A demanda se concentrava nos estratos mais ricos, a esfera alta de consumo, em geral satisfeita pelo comércio de importação. Por isso, argumenta Marini, a débil indústria brasileira se ampliaria apenas em função de fatores externos que interrompiam parcialmente este comércio. Haveria, portanto, uma demanda maior que a oferta interna, que se convertia em uma espécie de monopólio em situações de crise e era reforçado pelas barreiras alfandegárias, permitindo ao capitalista industrial dependente forçar um aumento de preços. Por outro lado, o baixo nível tecnológico significava um alto peso dos salários nos preços de produção, permitindo a este capitalista industrial se aproveitar do excedente de mão de obra (em função da crise que também atingia o setor exportador) e pressionar os salários para baixo. Soma-se a isso, ainda, a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada. É sobre tais bases que se acelera a concentração de capital industrial e a própria industrialização sem um rompimento com os mecanismos de superexploração. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.162-164).

O resultado desse movimento é a cisão da esfera alta e da esfera baixa da circulação de mercadorias no interior de uma mesma economia. Ou seja, a produção industrial latino-americana no período analisado se dedicava a bens que

não entravam ou entravam escassamente na composição do consumo popular. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.164).

Com a equiparação da oferta em relação à demanda, seria necessário generalizar o consumo para ampliar o espaço de acumulação. Para tanto, fazia-se imperativo um aumento da produtividade, o que levaria a um deslocamento do eixo de acumulação das economias dependentes. Evitando tal deslocamento, a ampliação do consumo se concentrou nas camadas médias, cujas rendas em geral derivam da massa de mais-valia. Assim, ampliava-se o consumo a partir das camadas médias, sem romper com a superexploração, permitindo adiar os investimentos que viabilizariam maior produtividade. Há, ainda, mais um mecanismo que atuaria no sentido de obstruir esta transição: a utilização de tecnologia estrangeira para elevar a capacidade produtiva do trabalho. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.165)

Com a nova configuração assumida pela economia internacional capitalista na década de 1950, passaram a abundar recursos concentrados nas mãos de grandes corporações imperialistas, que passaram a buscar aplicações lucrativas no exterior. Assim se estabeleceu não apenas um fluxo de capital do centro para a periferia, mas também um fluxo de tecnologias, ainda que de menor complexidade que as adotadas pelos países centrais. É uma nova divisão internacional do trabalho que sustenta uma nova hierarquização capitalista internacional, preservando as relações de dependência. Essas tecnologias, entretanto, se vinculam com setores industriais orientados para um tipo de consumo que não correspondia ao nível de vida dos trabalhadores, como o setor automotivo. Ou seja, o aumento de produtividade se dá de forma independente do aumento do mercado consumidor popular. Assim, a difusão do progresso técnico se deu ainda de forma associada à superexploração do trabalhador. A consequente dificuldade seria viabilizar a realização de toda a massa de valor produzida nos setores produtores de bens supérfluos e de luxo. Superar esta dificuldade envolveu a interferência do Estado, tanto executando políticas fiscais que incentivassem tais setores como promovendo uma concentração de renda que tinha a inflação como indutora. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.168-170).

A superexploração do trabalho: fundamento da dependência

Dentro da teoria marxista da dependência, a superexploração do trabalho surge como uma categoria fundamental. Sua importância é tal, que se pode afirmar que “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho.” (MARINI, 1973b In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.185). Ela pode ser entendida como uma das determinações específicas em que se expressam as leis do valor nas formações econômico-sociais dependentes. Assim:

[entende-se] a superexploração como determinação negativa do valor da força de trabalho, contida no âmbito da lei do valor. A lei do valor é simultaneamente a assunção e negação do valor. É simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e sua negação. É simultaneamente o pagamento da força de trabalho próxima de seu valor e abaixo de seu valor. É tanto o consumo da força de trabalho em torno de seu valor, quanto seu consumo acelerado esgotando-a prematuramente. A superexploração é, pois, a agudização da tendência negativa, inscrita na lei do valor. (LUCE, 2018, p.155)

Partindo desta interpretação, pode-se apontar que a essência da superexploração:

reside na negação das condições necessárias para repor o desgaste acelerado vinculado ao uso produtivo da força de trabalho, implicando uma desvalorização, dilapidação ou corrosão prematura da força de trabalho, uma forma específica de desmercantilização que encurta cronologicamente ou até suprime as possibilidades de oferta da força de trabalho ao capital. (BUENO, 2016, p.211)

Pode-se compreender, portanto, a superexploração para além de um fenômeno meramente quantitativo. A categoria parte do fato de que a força de trabalho se relacionam tanto um valor diário quanto um valor total, por sua vez mediados pelas categorias fundo de consumo e fundo de vida. Ao apontar a perspectiva de “desgaste acelerado” e “dilapidação ou corrosão” da força de trabalho,

compreende-se que a superexploração permite ao capital atentar contra os fundos de consumo e de vida dos trabalhadores, convertendo-os em fundo de acumulação de capital. Isso nos permite diferenciar a superexploração do trabalho de um simples aumento da mais-valia absoluta. Como aponta Marini:

o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, **a superexploração é melhor definida pela maior exploração física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade**, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (MARINI, 1973b In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.180; grifos meus)

Na investigação da atual fase do desenvolvimento capitalista, a superexploração tem sido constatada tanto nas formações sociais dependentes quanto nas de economia desenvolvida. O próprio Marini, nos anos de 1990, passa a voltar suas investigações para a globalização capitalista na tentativa de identificar seus fundamentos e os desdobramentos deste processo para as formações sociais dependentes. Conforme o autor:

generaliza-se para todo o sistema, incluindo os centros avançados, o que era uma característica distintiva – embora não exclusiva – da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho. Sua consequência – que foi sua causa – é o crescimento da massa de trabalhadores excedentes e a agudização da pauperização, no mesmo momento em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual para os povos. (MARINI, 1997 In: MARTINS, 2008, p.268; tradução do autor)

Esta tendência se relacionaria a duas novas formas de obtenção de mais-valia extraordinária no capitalismo globalizado: o monopólio científico e de postos de trabalho intensivos em conhecimento; e a descentralização de tecnologias, agora deslocadas para a periferia, onde poderiam fazer uso do trabalho superexplorado. Com isso, os países periféricos passam a competir parcialmente com a especialização produtiva dos centros, resultando em um tendencial nivelamento da composição técnica do capital em um mundo subordinado a um monopólio de novo tipo, de dimensões globais. Assim, burguesias nacionais de países centrais lançariam mão da superexploração como forma de reestabelecer taxas de lucros, dado que não o podem mais fazer apenas por meio do dinamismo tecnológico. (MARTINS, 2011a)

Marisa Amaral (2012), ao realizar a investigação da dependência ante a financeirização do capitalismo, busca identificar os novos traços da dependência, voltando-se para a categoria superexploração. Nesta perspectiva, constata-se que o nivelamento tendencial da tecnologia no mundo não implica em redução das diferenças salariais, fazendo da superexploração ainda um importante recurso para a obtenção de ganhos extraordinários. Tal movimento é também impulsionado pelo crescente desemprego oriundo da própria difusão e do desenvolvimento da tecnologia. Outro aspecto entendido pela autora como elemento contemporâneo da superexploração é a “financeirização dos rendimentos do trabalho”, uma vez que despesas dos trabalhadores com juros representam uma conversão do fundo de consumo em fundo de capital na forma-dinheiro, ou seja, uma nova forma de expropriação de parte do salário, resultando em uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho. (AMARAL, 2012)

A superexploração e o imperialismo no século XXI

A escola da dependência é uma importante referência para os estudos contemporâneos do imperialismo porque foi a partir dela que se deu a primeira tentativa de fundamentar a teoria do imperialismo na teoria do valor de Marx. John Smith, em sua obra *Imperialismo no século XXI: globalização, superexploração e a crise final do capitalismo*, aponta que Marini encontrou na superexploração, no âmbito da produção do valor, o fundamento da dependência. Tal posição supera aquela que aponta a distinção entre bens primários e manufaturados como origem

da troca desigual, permitindo a compreensão da industrialização dependente e mesmo do fenômeno mais recente das cadeias globais de valor e da terceirização de setores produtivos inteiros para países dependentes. (SMITH, 2016)

A teoria de Marini também se distancia da ideia de um valor global da força de trabalho, trazendo uma apreensão das determinações próprias das diversas formações sociais sobre o valor da força de trabalho. Além disso, Smith aponta que Marini, ainda que considere a produtividade do trabalho como um elemento fundamental da dependência, foge da armadilha euromarxista que confunde o valor da força de trabalho com a sua produtividade. (SMITH, 2016)

Tal armadilha é exemplificada na posição de marxistas que sustentam que os trabalhadores das economias centrais são tão, ou mais, explorados que os trabalhadores das formações-sociais dependentes, uma vez que produzem mais valor em proporção aos seus salários. Esse argumento se baseia no fato de a produtividade do trabalho nas economias centrais ser maior do que na periferia, o que decorre de uma diferença na composição orgânica do capital em tais formações-sociais. Mandel (1964) reforça esta tese, apontando que as transferências de valor de países dependentes para países imperialistas acontecem de forma semelhante àquelas observadas nas trocas entre firmas com produtividade acima da média e as demais de um mesmo setor e país.

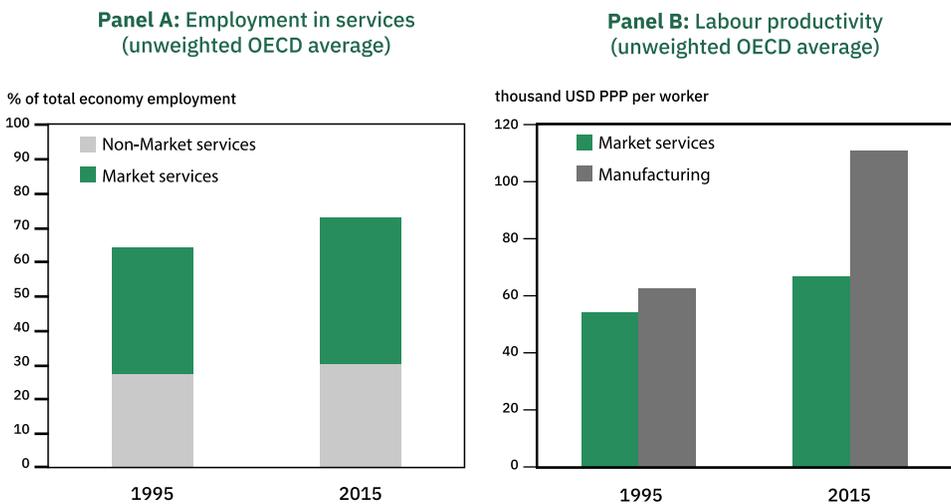
A crítica “ortodoxa” à teoria da dependência entende não haver diferença quantitativa ou qualitativa nas transferências de valor operadas entre firmas de um mesmo setor e país, apenas com composições orgânicas distintas, e aquelas operadas entre países com condições econômicas, sociais e processos históricos completamente distintos.

Conforme Smith (2016), ainda que seja verdade que trabalhadores munidos de tecnologias mais avançadas consigam produzir mais valores-de-uso [mercadorias], a quantidade de valor novo gerada não será maior do que se o mesmo trabalho fosse executado em uma firma menos avançada. Nesse sentido, a ilusoriamente alta produtividade dos trabalhadores de setores intensivos em capital decorre de transferências de valores produzidos em outras firmas e nações com composições orgânicas menores ou taxas de exploração maiores. Sendo a produtividade um atributo do trabalho concreto, ao se considerar o trabalho abstrato indiferenciado, Smith conclui que:

o mesmo trabalho [...] executado pelo mesmo período, sempre produz a mesma quantidade de valor, independentemente de quaisquer variações

na produtividade. Mas ela proporciona quantidades diferentes de valores-de-uso no mesmo tempo. (SMITH, 2016, n.p.)

Conforme *working paper* da OCDE de 2018, o setor de serviços é o que mais emprega. Ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho no setor de serviços dos seus países membros, majoritariamente de economias centrais, é cerca de 40% menor que na indústria. Tal diferença se consolidou ao longo das últimas três décadas, sendo que na média anual, a produtividade do trabalho na indústria cresceu mais que o dobro do observado no mercado de serviços. Com a desaceleração da atividade econômica em função da grande recessão, nota-se uma diminuição



das taxas de crescimento da produtividade do trabalho, especialmente na indústria. (SORBE et.al., 2018)

Figura 1: Emprego (A) e produtividade (B) do setor se serviços

Fonte: Sorbe et. al. 2018

Apesar da baixa produtividade dos serviços, os salários de trabalhadores desse setor nos países centrais se mantêm altos, quando comparados com o de

trabalhadores semelhantes em países periféricos. O que ficou conhecido na literatura como efeito Balassa-Samuelson aponta que os ganhos de produtividade de uma determinada economia se concentram no setor de bens transacionáveis. Esses aumentos de produtividade, mesmo que concentrados no setor de bens transacionáveis, provocariam um aumento dos salários que se espria para o setor de bens não transacionáveis. Assim, as diferenças salariais entre países centrais e periféricos no setor de serviços seriam decorrentes desta diferença de produtividade no setor industrial. (SMITH, 2016, n.p.)

Smith rejeita essa hipótese, apontando que os baixos níveis salariais dos países periféricos têm como determinação fundamental a excessiva oferta de trabalho, não a produtividade. No contexto da internacionalização produtiva e de fronteiras cada vez mais abertas aos capitais e mercadorias, os trabalhadores seguem tendo sua mobilidade restrita, especialmente no sentido periferia-centro, pelas rígidas políticas migratórias. No nível internacional, a equalização dos salários e a equidade entre trabalhadores é uma condição que não se aplica, uma vez que não há livre movimento do trabalho. Assim, ainda que dois trabalhadores prestem o mesmo serviço simples, usando por vezes o mesmo equipamento de um mesmo fornecedor [ou seja, com produtividades semelhantes], o preço será menor no país periférico, o que só pode indicar a menor remuneração pelo trabalho.

Suwandi et al. (2019) também chamam atenção para o enorme fosso que separa os níveis salariais do centro e da periferia emergente. Para os autores, esta profunda disparidade surge de um sistema que permite a livre circulação da capital ao redor do mundo, mas que restringe firmemente a circulação dos trabalhadores. A este aspecto se relaciona também o enorme processo de emigração da Europa durante o período colonial. Como apontam Jha et al. (2017), tal processo foi fundamental para solucionar o problema das reservas de trabalho, fazendo com que a disparidade salarial Norte-Sul se tornasse ainda maior, dadas as diferentes proporções da classe trabalhadora em relação ao exército industrial de reserva.

Portanto, o lucro extra dos capitalistas mais produtivos nos países centrais não deriva do emprego de trabalhadores mais produtivos, mas sim da captura de trabalho excedente produzido em firmas menos desenvolvidas ou periféricas. Tais transferências de valor só existem na medida em que esse capitais mais débeis se mantem ativos em suas economias, impedindo a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de suas mercadorias. Se tais capitais

fossem retirados da esfera da produção, dada a equiparação tecnológica a um nível mais alto, os preços tenderiam a cair, interrompendo lucro extra. O autor ressalta, enfim, que:

um metalúrgico operando maquinaria mais sofisticada tecnologicamente não produz mais valor de troca, ele simplesmente permite ao capitalista empregador capturar uma parcela maior dele. Segue que a taxa de exploração – assumindo iguais os salários, a intensidade do trabalho etc. – não é mais alta em capitais mais produtivos do que em capitais menos produtivos. (SMITH, 2016, n.p.)

Resulta, portanto, que a divergência salarial estabelecida entre os países centrais e periféricas não é oriunda das diferenças de produtividade, mas sim de uma forma específica de extração de valor que vigora nas economias dependentes, a superexploração do trabalho. Antes, são justamente os trabalhadores da periferia que produzem mais trabalho excedente, em função da maior taxa de exploração. A abundância de força de trabalho na periferia contrasta com a diminuição e o envelhecimento da população nos países centrais, mas ainda assim as barreiras migratórias se tornam mais duras. Ao invés da mobilidade dos trabalhadores, são as mercadorias e capitais que atravessam as fronteiras. (SMITH, 2016)

Assim, os capitais se orientam a partir da arbitragem global de salários, terceirizando para as firmas de países periféricos setores produtivos inteiros. Na globalização neoliberal, orientada pela arbitragem dos salários, os capitais não têm como objetivo principal a mais-valia absoluta (ainda que as jornadas longas sejam também comuns) ou a mais-valia relativa (que exigiria altos investimentos e a disseminação tecnológica), mas sim as maiores taxas de exploração. A terceirização para países periféricos busca prioritariamente os salários mais baixos, ou seja, a superexploração do trabalho, o próprio eixo da acumulação de capital nas formações-sociais dependentes, segundo Marini (1973a/2011).

Nesse sentido, os capitais dos países centrais encontram na terceirização um caminho mais rentável que a realização de novos investimentos. Em meio a um contexto de sobreacumulação de capitais e baixas taxas de lucro nos países centrais, as maiores taxas de exploração se tornam cada vez mais atrativas, assim como as finanças. Nesse sentido, é notório que após a crise dos anos de 1970 a

internacionalização produtiva e a financeirização tenham avançado tanto. Como aponta Smith:

a enorme onda de terceirização de processos produtivos para países de baixos salários, viabilizada pela chegada fortuita das novas tecnologias de informação e comunicação e pelo rápido progresso nas tecnologias de transporte, foi uma resposta estratégica para as crises gêmeas de lucratividade declinante e superprodução que ressurgiu na década de 1970 na forma de estagflação e uma recessão global sincronizada. (SMITH, 2016, n.p.)

Considerações finais

Ao adotar a superexploração como centro da análise da dependência e do imperialismo, Smith localiza a sistemática divergência dos salários internacionais nas diferentes taxas de exploração destas nações. Isto permite sustentar a crítica ao PIB, que tem o valor adicionado como seu fundamento. Partindo no debate acerca da produção de valor novo em diferentes produtividades, Smith conclui que o valor adicionado não representa o valor produzido por cada firma, mas sim quanto valor tal firma logrou capturar na esfera da circulação da economia como um todo, ou seja, na economia global. Isto nos levaria a redefinir o PIB, compreendendo-o como a parte do produto total global apropriado por cada nação. Na medida que o PIB superestima ou subestima a contribuição real de cada nação para a riqueza global, ele oculta o fato de que, na economia mundial, cada nação se insere de forma diferenciada, ou produzindo mais valor do que captura ou se apropriando de trabalho excedente produzido em outras nações. (SMITH, 2016)

Superar a ilusão do PIB é, assim, o caminho para uma melhor compreensão da dinâmica da economia mundial. Recuperando as formulações de Marini e as relacionando ao fenômeno mais recente das cadeias globais de valor, Smith consegue reconciliar a teoria do imperialismo com a teoria marxiana do valor. Sua análise nos permite identificar a superexploração e a arbitragem global de salários como fundamentos da globalização neoliberal.

A superexploração, como vimos, é uma condição específica do modo de produção capitalista nas formações sociais dependentes. Ainda que a globalização neoliberal tenha efeitos também sobre o trabalho nos países centrais, erodindo

muitas das condições que sustentavam altos níveis salariais, a superexploração se apresenta nestes países apenas de forma eventual, não se conformando no centro do eixo de acumulação como acontece nas economias dependentes.

As categorias da dependência se demonstram, assim, um rico arcabouço teórico, a partir do qual podemos analisar o capitalismo e o imperialismo contemporâneos. Por tal perspectiva, não se pode ignorar que os trabalhadores das nações dependentes são sistematicamente remunerados por salários abaixo do valor de sua força de trabalho como forma de viabilizar lucros extras para os centros imperialistas. Para Lenin (1916/1974, p.105), “a substituição da livre concorrência pelo monopólio é o traço econômico fundamental, a essência do imperialismo”. A superexploração é, portanto, a essência oculta do imperialismo, o fundamento na esfera produtiva dos países dependentes que permite reconciliar a lei do valor de Marx com a teoria do imperialismo.



Referências Bibliográficas

- AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 2012.
- BUENO, F.M. **A superexploração do trabalho: polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década de 2000**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. 2016.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 143p.
- CHOONARA, J. **Unravelling Capitalism: A Guide to Marxist Political Economy**: London: Bookmarks Publications, 2009. 159p.
- DIAS, M. F. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2012.
- DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Florianópolis: Insular. 2015. 232p.
- JHA, P.; MOYO, S.; YEROS, P. **Capitalism and Labour Reserves: A Note**. In: CHANDRASEKHAR, C.P.; GHOSH, J.. (Org.). *Interpreting the World to Change it: Essays for Prabhat Patnaik*. Nova Déli: Tulika Books, 2017. p.205-237.
- LENIN, V. I. **Imperialism and the split in socialism [1916]**. In: *Collected Works – Volume 23*. Moscow: Progress Publishers. 1974. p.105-120.
- _____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo [1917]**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176p.
- LUCE, M. **Teoria marxista da dependência – Problemas e categorias, uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271p.
- MANDEL, E. **After Imperialism?** In: *New Left Review*, n.25, p.17–25, 1964.

MANTEGA, G. **Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico**. Relatório de Pesquisa n. 27. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 1997. 84p.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência [1973a]**. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P (ORGS). Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.131-172

_____. **Sobre a dialética da dependência [1973b]**. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P (ORGS). Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.173-185

_____. **Proceso y tendencias de la globalización capitalista [1997]**. In: MARTINS, C. E. (ORG). América Latina, dependencia y globalización. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008. p.247-271

MARTINS, C. E. **O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI**. In: Crítica Marxista, n. 32, p.127-199, 2011a.

_____. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011b. 367p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política – Livro 3: o processo global da produção capitalista [1894]**. São Paulo: Boitempo, 2017. 984p.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. In: Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.47-111, jul. 1949.

SMITH, J. **Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016. (não paginado)

SORBE, S; GAL, P; MILLOT, V. **Can productivity still grow in service-based economies? Literature overview and preliminary evidence from OECD countries**. ECO/WKP(2018)79. OECD, 2018. 53p.

SUWANDI, I; JONNA, R. J.; FOSTER, J. B. **Global Commodity Chains and the New Imperialism**. In: Monthly Review, v.70, n.10, mar. 2019. (disponível em: <http://bit.ly/2Kh5SGd>)

TRASPADINI, R; STEDILE, J. P (ORGS). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 292p.